



Instituto de Ação Social
das Forças Armadas

DEFESA NACIONAL
INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL DAS FORÇAS ARMADAS, I.P.

GABINETE DE RECURSOS MATERIAIS

CONCURSO PÚBLICO N.º 11/2023/GRM

AQUISIÇÃO DE DETERGENTES LÍQUIDOS COM PROGRAMADORES
PARA A LAVANDARIA DO CENTRO DE APOIO SOCIAL DE OEIRAS (CAS OEIRAS)
PARA O PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

CADERNO DE ENCARGOS

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

Parte I

Capítulo I - Cláusulas Jurídicas

Cláusula 1ª – Objeto

Cláusula 2ª – Contrato

Cláusula 3ª – Duração do contrato

Capítulo II - Obrigações Contratuais

Secção I - Obrigações gerais

Cláusula 4ª – Condições de entrega dos bens

Secção II – Obrigações do Adjudicatário

Cláusula 5ª – Prestação da caução

Cláusula 6ª – Penalidades contratuais

Secção II - Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 7ª - Preço contratual

Cláusula 8ª - Condições de pagamento

Cláusula 9ª – Resolução sancionatória por incumprimento contratual

Cláusula 10ª – Resolução por parte do adjudicatário

Capítulo III - Disposições Finais

Cláusula 11ª - Cessão da posição contratual

Cláusula 12ª – Subcontratação

Cláusula 13ª - Casos fortuitos ou de força maior

Cláusula 14ª – Alterações ao contrato

Cláusula 15ª – Patentes, licenças e marcas registadas

Cláusula 16ª – Comunicações e notificações

Cláusula 17ª - Boa-Fé

Cláusula 18ª – Contagem dos prazos

Cláusula 19ª - Foro Competente

Cláusula 20ª – Legislação aplicável

Parte II – Cláusulas Técnicas Especiais

Anexo A – Características Técnicas

Parte I
CAPÍTULO I
CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1ª

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a aquisição de **“Aquisição de Detergentes Líquidos com programadores para a Lavandaria do Centro de Apoio Social de Oeiras (CAS Oeiras) no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023”**, de acordo com a constante nas Cláusulas Técnicas Especiais descritas na Parte II do presente Caderno de Encargos.
2. A aquisição de detergente líquido com programadores para a Lavandaria do CAS Oeiras terá de ser efetuada em perfeita conformidade com as condições estabelecidas nos documentos contratuais e demais legislação em vigor.
3. O local da prestação dos serviços objeto do procedimento, deve ser visitado durante as horas de expediente nos períodos compreendidos entre as 09h00 e as 12h00 e entre as 14h00 e as 16h00, nos dias úteis, durante o período de entrega de propostas, após contacto com a Secção de Manutenção de Equipamentos do CAS Oeiras (SME), através do telefone 91 486 45 62 ou e mail: caso.sager.chefe@iasfa.pt.

Cláusula 2ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos

termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3ª

Duração do contrato

O fornecimento objeto do presente procedimento ocorre durante o período de **1 (um) ano, compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2023**, não sendo passível de renovação automática.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES GERAIS

Cláusula 4ª

Condições de entrega dos bens

1. Os bens objeto do presente procedimento devem ser entregues nas instalações da Lavandaria do CAS Oeiras, localizado no Edifício do Serviço de Apoio Médico, sito na Avenida Infante D. Henrique, n.º 34, C/V, em Oeiras.
2. Após informação de adjudicação, o adjudicatário procede à instalação, ligação de todos os equipamentos, desde a bateria de detergentes até às máquinas e cria os programas de lavagem definidos no quadro do Ponto 1.3, Parte II – Clausulas Técnicas Especiais, necessários à boa execução das lavagens, no prazo de 10 (dez) dias, acordados com a responsável da lavandaria, em horário que não prejudique o normal funcionamento do serviço, preferencialmente em período pós-laboral, fins de semana ou feriados.
3. O adjudicatário procede à entrega dos bens objeto do presente procedimento de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na Parte II do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
4. A entidade adjudicante e o adjudicatário ajustam entre si as condições do fornecimento e entrega, conforme as necessidades, acordando ainda a periodicidade das entregas e a quantidade de cada encomenda.
5. A entrega é sempre acompanhada de fatura/guia de remessa, valorizada, da qual consta, designadamente:
 - a. A data da entrega;
 - b. A identificação do fornecedor;
 - c. A identificação do distribuidor contratado, se for o caso;
 - d. A identificação da entidade adquirente e o local de entrega;
 - e. A data e número do pedido de compra ou da requisição;
 - f. A identificação completa dos artigos (código e designação).
 - g. O número de compromisso da despesa.

6. O adjudicatário obriga-se a entregar os artigos solicitados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data de receção do pedido de compra, devendo comunicar a data prevista da entrega para o endereço de correio eletrónico: caso.saf.aprov@iasfa.pt.
7. Em caso de incumprimento da entrega dos bens no prazo fixado no número anterior, a entidade adjudicante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, até 1% do valor de pedido de compra ou requisição enviada, com exclusão do IVA, por cada dia de atraso na entrega.

SEÇÃO II

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 5^a

Prestação de caução

Não haverá lugar à prestação de caução, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

Cláusula 6^a

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato o IASFA, I.P. pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma penalidade correspondente a 20% do valor mensal a faturar, em função da gravidade do incumprimento.
2. O valor da sanção aplicada será descontado no pagamento da fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.
3. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do valor contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o IASFA, I.P. decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite será elevado para 30 %.
5. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.

SEÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 7^a

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Entidade Adjudicante dispõe-se a pagar ao prestador de serviços o preço base de **26.000,00€ (vinte e seis mil euros)**, valor a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, designadamente, as despesas e custos com o transporte dos bens objeto da presente aquisição e com a montagem das máquinas.
3. Será excluída a proposta cujo preço contratual seja superior ao preço base constante do n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 8ª

Condições de pagamento

1. O pagamento dos fornecimentos será efetuado de acordo com a entrega dos bens objeto do presente procedimento e após aceitação pela entidade adjudicante, e deve ser efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a receção da respetiva fatura.
2. Deverá fazer parte do descritivo das faturas, obrigatoriamente, o número de compromisso, sem o qual o contrato ou a obrigação subjacente em causa são, para todos os efeitos, nulos, de acordo com o disposto no artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.
3. A omissão da informação descrita no número anterior, incorrerá na devolução da fatura.
4. Em caso de discordância e/ou divergência dos valores indicados nas faturas, deve a entidade adjudicante comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, no prazo de 10 (dez) dias.

Cláusula 9ª

Resolução sancionatória por incumprimento contratual

1. O incumprimento contratual definitivo confere à entidade adjudicante o direito à resolução do contrato.
2. O direito à resolução do contrato poderá ser exercido pela entidade adjudicante nos termos do disposto nos artigos 332º a 334.º do CCP, na sua redação atual, e nos casos previstos no presente caderno de encargos.

Cláusula 10ª

Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver quando:

§ Único:.. Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias ou o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos no parágrafo único n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa

declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 11.^a

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente procedimento sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve, a entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento das obrigações inerentes ao presente procedimento.

Cláusula 12.^a

Subcontratação

1. O contrato tem carácter “intuito personae”, pelo que o adjudicatário não pode subcontratar, no todo ou em parte, a execução do seu objeto.
2. Excetua-se da proibição do número anterior a subcontratação que seja objeto de autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante.
3. O adjudicatário, em caso de subcontratação, mantém-se plenamente responsável pela prestação dos serviços objeto do contrato.

Cláusula 13.^a

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer uma das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento de serviços e de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
 - 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14ª

Alteração do contrato

- 1. As alterações do contrato deverão constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
- 2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
- 3. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
- 4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Cláusula 15ª

Patentes, licenças e marcas registadas

- 1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas, patentes registadas ou licenças.

2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 16ª

Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações e notificações entre a entidade adjudicante e o adjudicatário devem ser efetuadas através de correio eletrónico com aviso de entrega, carta registada simples ou com aviso de receção ou fax.
2. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.
3. Qualquer comunicação ou notificação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na data de depósito indicada pelos serviços postais.

Cláusula 17ª

Boa Fé

As partes obrigam-se a atuar de boa fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Cláusula 18ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 19ª

Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do presente procedimento fica estipulado a competência do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 20ª

Legislação aplicável

Em tudo o que o presente contrato for omissivo, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e restante legislação aplicável.

Parte II
CLAUSULAS TÉCNICAS ESPECIAIS

1. Especificações Técnicas

1.1. A Lavandaria do CAS Oeiras está equipada com 4 (quatro) máquinas de lavar roupa industriais, com capacidade de 10 Kg a 55 Kg de carga.

1.2. Os Programadores / Sistemas Doseadores automáticos, devem ser individuais para cada máquina de lavar roupa, sendo instalados e cedidos ao CAS Oeiras sem qualquer custo.

1.3. Os Programas de Lavagem necessários à atividade da Lavandaria do CAS Oeiras correspondem às seguintes tipologias:

Tipo de Lavagem
Roupa Branca – Pouco Suja
Roupa Branca – Muito Suja
Roupa Branca Difícil (Fezes / Urina)
Roupa de Cor – Pouco Suja
Roupa de Cor – Muito Suja
Roupa de Cozinha Branca
Roupa de Cozinha de Cor
Roupa Delicada / Vestuário
Roupa Especial (Lençóis)

1.4. As quantidades médias de roupa a lavar mensalmente são as que se discriminam:

Tipo de Roupa	Peso
Roupa de cama / atalhados de acamados	17.500 Kg
Roupa de cama de hotelaria – Residenciais	6.500 Kg
Toalhas, toalhetes com cores e guardanapos – Restauração	2.500 Kg
Vestuário diverso interior e exterior	2.000Kg

1.5. As roupas e atalhados lavados na Lavandaria, abrangem lençóis, almofadas, fronhas, cobertores, colchas, turcos diversos, toalhas de mesa, bidé, rosto e banho, guardanapos, vestuário interior e exterior, cortinados, uniformes de enfermagem, de médicos, fisioterapeutas e outras peças, decorrentes do normal funcionamento do CAS Oeiras.

2. Características dos detergentes

- 2.1.** Os bens objeto do presente contrato devem obedecer, obrigatoriamente, às características físicas e quantidades descritas no ponto 2 do Anexo A.
- 2.2.** Podem ser objeto do presente contrato outros artigos necessários ao bom desempenho do sistema de lavagem proposto pelo adjudicatário.
- 2.3.** O adjudicatário é responsável pelo cumprimento das características e qualidade dos detergentes, respeitando os requisitos previstos nas normas internacionais europeias.
- 2.4.** Os bens a fornecer devem ser embalados, rotulados e acompanhados de folheto, com especificações redigidas em língua portuguesa.
- 2.5.** Só podem ser fornecidos bens cuja validade for igual ou superior a 12 (doze) meses, a contar da data do fornecimento, salvo se tal não for tecnicamente viável.

3. Assistência Técnica e Reparações

- 3.1.** A Assistência Técnica é da responsabilidade do adjudicatário.
- 3.2.** O adjudicatário deve visitar frequentemente as instalações da Lavandaria do CAS Oeiras, com periodicidade mínima mensal e a pedido da chefe do Setor de Apoio e Manutenção, em situação de urgência, no prazo de 48 (quarenta e oito horas).
- 3.3.** Em caso de avaria de um Programador, a entidade adjudicante informa desse facto ao adjudicatário que deve reparar ou substituir o Programador no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

4. Condições Gerais

- 4.1.** As entregas dos bens assim como as visitas profissionais a efetuar pelo adjudicatário são previamente comunicadas à Secção de Manutenção de Equipamentos, por forma a permitir uma maior eficácia e eficiência na assistência aos equipamentos.
- 4.2.** O adjudicatário obriga-se a cumprir e fazer cumprir todos os procedimentos com a segurança relativa às entradas e saídas do edifício onde forem entregues os bens visados no presente contrato, ou prestada assistência, devendo para o efeito fazer-se acompanhar de um elemento da Secção de Manutenção de Equipamentos e/ou da segurança do CASO, tendo sempre presente que as instalações integram um serviço de características militares.
- 4.3.** Trimestralmente será efetuada avaliação de qualidade e eficácia dos produtos utilizados no processo de lavagem e verificação dos níveis de qualidade.

5. Seguro

- 5.1.** O adjudicatário obriga-se perante a entidade adjudicante a ter os seus profissionais disponibilizados a entregar os bens ou a prestar assistência, devidamente segurados, para riscos de trabalho, que contemple doenças adquiridas pelo desempenho das respetivas funções, bem como para riscos profissionais.

6. Visitas às instalações

6.1. As visitas dos profissionais a disponibilizar pelo adjudicatário são previamente comunicadas à Seção de Manutenção de Equipamentos do CAS Oeiras, por forma a permitir uma maior eficácia e eficiência na assistência aos equipamentos.

7. Fichas Técnicas e de Segurança

7.1. As Fichas Técnicas e de Segurança dos bens propostos pelo adjudicatário são redigidas em língua portuguesa e entregues ao responsável da lavandaria, no momento de instalação dos programadores.

ANEXO A

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

1- DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS:

Detergentes Líquidos com Programadores para Lavandaria.

2- CARACTERÍSTICAS FÍSICAS:

2.1 Os detergentes objeto do presente procedimento devem obedecer às seguintes características físicas e nas unidades de fornecimento seguintes:

Detergentes para sistema de lavagem automática de roupa com programadores
Aditivo alcalino sequestrante, sem fosfatos 200 Lt. - UN
Amaciador desodorizante concentrado – 200 Lt. – UN
Branqueador líquido clorado 200 Lt. – UN
Branqueador líquido oxigenado 200 Lt. – UN
Detergente neutro com branqueadores óticos 200 Lt. - UN
Detergente neutro enzimático 20 Lt. – UN
Detergente lavagem de artigos delicados 20 Lt. - UN
Detergente lavagem manual para todos os tipos de roupa – 10 Kg

2.2. Os detergentes objeto do presente procedimento, a fornecer durante o período de vigência do mesmo, devem ser os necessários para assegurar a lavagem das quantidades de roupa por tipologia, descritas no Ponto 1.4, Parte II – Clausulas Técnicas especiais, durante os 12 (doze) meses.

2.3. Relativamente ao detergente para lavagem manual para todos os tipos de roupa, durante o período de vigência do procedimento, apenas se pretende adquirir 3 (três) embalagens/sacos de 10 Kg, cada um.

3- MEDIDAS E PESO:

Os produtos a fornecer devem possuir as quantidades constantes no quadro anterior.

4- QUALIDADE DO PRODUTO:

As características técnicas e a garantia de qualidade da generalidade destes produtos estão subjacentes ao facto de estes deverem ser normalizados e naturalmente preencherem os requisitos previstos nas normas internacionais europeias.